



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

VALORIZAÇÃO DO DOCENTE DE SÉRIES INICIAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

Aictyr Lomonte Tamanaha

Professora-orientadora Otília Maria A. N. Dantas

Professora monitora-orientadora Liliane Campos Machado

Brasília (DF), Julho de 2014

Aictyr Lomonte Tamanaha

**VALORIZAÇÃO DO DOCENTE DE SÉRIES INICIAIS DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Otília Maria A. N. Dantas e da Professora Tutora-orientadora Liliane Campos Machado.

TERMO DE APROVAÇÃO

Aictyr Lomonte Tamanaha

VALORIZAÇÃO DO DOCENTE DE SÉRIES INICIAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

<hr/>	
<hr/>	
Dra Otília Maria Dantas – UnB/ FE/MTC	Dra Liliane Campos Machado – UnB/FE/MTC
(Professora-orientadora)	(Tutora-orientadora)

Prof. Ms Marcos Alberto Dantas UnB/ FACE/ ADM
(Examinador externo)

Brasília, 10 de julho de 2014

Dedico este trabalho ao meu esposo e aos meus pais, pessoas que sempre me apoiaram na busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Ministério da Educação, à Universidade de Brasília e à Secretaria de Estado de Educação pela iniciativa de capacitar os professores do Distrito Federal para desempenharem a gestão escolar de modo profissional e responsável. Agradeço aos professores que abraçaram o projeto e o tornaram realidade. Agradeço especialmente aos participantes da pesquisa por terem colaborado com informações preciosas para o desenvolvimento deste trabalho.

“ Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância”

Derek Bok

RESUMO

Os docentes de séries iniciais da rede pública de ensino estão sendo alvo de grandes críticas, pois não tem conseguido cumprir seus objetivos, além de estarem à margem da produção do saber científico. Como consequência, pesquisas internacionais como o PISA demonstram que os alunos que frequentam as escolas públicas brasileiras, ao concluir o período de escolaridade obrigatória, não desenvolvem as competências mínimas relativas à leitura e ao conhecimento matemático. Desse modo, é preciso proporcionar condições para que profissionais bem formados ingressem e permaneçam no magistério. Este projeto tem por finalidade analisar os fatores que foram determinantes para o processo de exclusão social do professor de séries iniciais do ensino fundamental e contribuir com sugestões de ações para a valorização desses profissionais e, com isso, possibilitar o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas voltadas à educação básica. Este trabalho será baseado na abordagem qualitativa e terá como instrumento para a coleta de dados a entrevista.

Palavras-chave: Séries Iniciais; Carreira docente; Valorização do Magistério.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
2 O professor e o processo de exclusão.....	12
2.1 Histórico da formação do Professor de Educação Básica.....	12
2.2 O PCN e Propostas para a Valorização do Docente.....	17
2.3 Caracterização do processo de exclusão	18
2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.....	19
2.5 Perspectivas de Mudança.....	21
3 Metodologia.....	22
3.1 Abordagem Metodológica.....	22
3.2 Cenário e Participantes.....	22
3.3 Especificação das Fases da Pesquisa.....	22
3.4 Instrumento Utilizado.....	23
4 Categorias, organização, análise e discussão dos dados	24
Conclusão.....	33
Referencias.....	35
Apendice.....	37

INTRODUÇÃO

A falta de investimentos e uma série de dificuldades que os professores veem enfrentando em sua atuação para desenvolver seu trabalho pedagógico, é que se propõe a investigar nesta pesquisa. Os docentes, principalmente da rede pública de ensino, para receberem melhorias salariais e condições de trabalho mais dignas, têm buscado por meio das greves solucionar estes problemas.

Outro ponto a pesquisar seria a desvalorização social do professor que, tendo baixos salários e poucos investimentos na sua formação continuada, seu poder de compra fica muito reduzido e terminam sendo desvalorizados pela sociedade.

Assim, o professor fica à margem da produção e do saber científico. Benicá (2005, p. 9), em seu artigo “Grandes e pequenas exclusões: Exclusão camuflada – excluídos no interior”, mostra que “entre diversas profissões, encontram-se os profissionais de educação, em condições limitadas de trabalho e de atualização formativa, num processo de desqualificação frente aos desafios da sociedade”.

Daí surgem os problemas da desvalorização da profissão docente que, conforme Pimenta (1990, p.1), é uma profissão na qual o salário pouco ou nada conta, uma vez que ser professora era quase que uma extensão do lar.

Sendo assim, esta monografia tem por finalidade levantar aspectos que tragam à memória quais fatores foram determinantes na exclusão social do profissional de educação, fazendo-se um breve histórico do papel do professor e sua função social, verificando quando esta desvalorização começou a ocorrer, os motivos e as conseqüências, até chegar aos dias de hoje, discutindo-se formas alternativas que possam reverter esta situação, tendo como referencia para o plano de carreira do magistério público do Distrito Federal.

É consenso na sociedade brasileira que um dos grandes problemas que o país enfrenta reside na falta de qualidade da educação. A primeira etapa do ensino fundamental, que engloba o 1º ao 5º ano, vem sendo alvo de muitas críticas, porquanto seus objetivos não têm sido alcançados. A realidade entre os alunos que frequentam as escolas públicas brasileiras é a de que, mesmo ao concluir o período de escolaridade obrigatória, não desenvolvem as competências mínimas relativas à leitura, escrita e matemática básica. Segundo a avaliação realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizada em 2009, que analisou o aprendizado de alunos com quinze anos de idade, em

numa escala de 57 países avaliados, o Brasil ficou em 57º lugar na avaliação de Matemática, 53º em Ciências e em 53º em Linguagem (OECD, 2010). Escolas sem infraestrutura e a falta de recursos materiais inviabilizam a prática docente, desvalorizando o trabalho intelectual do professor, que não consegue executar seu planejamento escolar. Não raras vezes, a grande mídia (jornais impressos e televisivos) afirma que os docentes estão despreparados e desqualificados para atuar nas salas de aula¹.

Ademais, os custos com capacitação e treinamento dos docentes, segundo MENGA E BOING (2004), são considerados despesas de consumo e não de capital, ou seja, não aumentam o patrimônio nacional.

Muitos fatores foram e são determinantes neste processo de “sucateamento” das escolas públicas e desatualização dos professores: baixos salários; pouco investimento na formação continuada dos mestres; poucos recursos dos cofres públicos destinados para a educação ou má distribuição destes; salas de aula superlotadas; pouco investimento na construção de novas escolas; deficiências nas bibliotecas e em outros aspectos que dão suporte à educação.

Sendo assim, esta pesquisa pretende contribuir para ampliar a formação dessa professora de séries iniciais, como pesquisadora e investigadora da realidade social, política, econômica, sociológica, cultural e pedagógica na qual está inserida. Tem como finalidade, também, constituir em mais um elemento de contribuição para a melhoria do processo educativo e de valorização dos professores das séries iniciais focada na realidade do Distrito Federal.

Neste sentido, pretende responder ao final do trabalho os seguintes questionamentos: quais são os fatores que contribuem para a desqualificação do professor? Quais seriam as alternativas para solucionar este problema? O Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal (Lei 5.105 de 03 de maio de 2013) contribuiu para a valorização dos professores?

Com a finalidade de responder ao problema proposto foram formulados os seguintes objetivos:

- Investigar o processo de exclusão do professor propondo ações de superação do problema.

¹Em entrevista à jornalista Letícia Moreira, publicada no Jornal Folha de São Paulo do dia 10 de agosto de 2009, o economista Martin Canoy, após finalizar estudo em que compara os sistemas de educação do Brasil, Chile e Cuba afirmou: “Os melhores professores no Brasil têm em média desempenho abaixo da média do professorado de países desenvolvidos. Investir e melhorar a escola pública, que é a base de comparação dos países, elevaria o resultado das melhores escolas particulares também. Professores são bons em pedagogia, mas não no conhecimento a ser ensinado. Não treinam muito matemática e não sabem como ensiná-la”.

Como objetivos específicos elencamos:

- Verificar as causas deste processo de exclusão;
- Perceber as consequências da exclusão social, econômica, cultural e política, na valorização do professor;
- Identificar ações de superação ao problema tendo como referencia o Plano de Carreira do Magistério Público, Lei 5.105, de 03 de maio de 2013.

2 O PROFESSOR E O PROCESSO DE EXCLUSÃO

A profissão docente vem sendo alvo de grandes críticas, pois não está conseguindo cumprir seus objetivos. Neste sentido, Benicá (2005, p. 9), em seu artigo “Grandes e pequenas exclusões: Exclusão camuflada – excluídos no interior”, mostra que “entre diversas profissões, encontram-se os profissionais de educação, em condições limitadas de trabalho e de atualização formativa, num processo de desqualificação frente aos desafios da sociedade.”

A primeira barreira que o profissional de educação encontra é a má remuneração, fazendo com que alguns se descomprometam, deixando de lado a educação de qualidade. Assim sendo, as crianças que dependem da escola pública, crescem internalizando a idéia de mediocridade passada por seus professores, direta ou indiretamente, através de aulas monótonas, com ênfase na memorização, com atividades repetitivas, utilizando-se de poucos recursos. Desta forma, estarão aptas para, no futuro, “assumirem trabalhos operativos, mecânicos e de baixa remuneração.” (BENICÁ, 2005, p. 10).

2.1 Histórico da Formação do Professor de Educação Básica

Conforme Pimenta (1990, p.1), sobre a docência, “a degradação do trabalho do professor tem que ser compreendida no jogo contraditório das forças conjunturais e estruturais que marcam a sua formação na sociedade capitalista brasileira”; o processo educacional tem que visto de forma contextualizada. Neste sentido, a escola deveria ser a responsável pela socialização do conhecimento de maneira a garantir que todos tenham acesso ao saber acumulado historicamente. Mas não é o que ocorre. De acordo com os interesses dos dominantes da sociedade brasileira, a educação e seus profissionais ficam à espera de políticas que possam democratizar e financiar o ensino público.

Para entender a relação entre a formação de professores e a deficiência do ensino público é preciso analisar a formação destes profissionais nas escolas normais a partir dos anos 30.

Como mostra Pimenta (1990), a formação do professor das séries iniciais ocorria nas escolas normais sendo, a primeira delas, criada em 1833 em Niterói; a partir desta, muitas outras foram criadas em todo o País. Existia uma interdependência entre a formação de mestres e a expansão do ensino básico, relação esta apenas quantitativa.

No início, como era costume da sociedade na época, a Escola Normal era exclusiva para os homens, “uma vez que o papel da mulher se resumia às lidas no lar.” (PIMENTA, 1990, p. 4).

O ensino normal em 1949, ainda segundo Pimenta (1990), contava com apenas 540 escolas no país, estando longe de atingir a demanda. Com a mudança do modelo agrário-industrial para urbano-industrial, pautado no capitalismo industrial, surgiu a necessidade de operários com baixo nível escolar e qualificação mínima para operar máquinas. Com isto, a população se mobilizou para reivindicar escolas, por identificar nelas, fator de ascensão social, na medida em que a educação é condição de acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente de sobrevivência.

No período da ditadura Vargas (1937-1945), “o modelo populista responde às aspirações dos trabalhadores com a organização no sistema de ensino no País” (PIMENTA 1990). Em 1964, com eleições diretas, a educação esteve presente na pauta política, pois o atendimento ao anseio popular era garantia de voto.

Esta autora demonstra que o último fator a ser considerado neste período foi à segunda Guerra Mundial, pois até este período:

O Brasil importava tudo, inclusive professores. A economia de guerra obrigou o País a ‘formar’ seus profissionais. Sintomaticamente, a primeira universidade brasileira (USP) data de 1934 e a primeira legislação sobre o curso de Pedagogia (que formaria professores para formar professores) data de 1939. (PIMENTA, 1990, p. 5).

Percebe-se que, a expansão da Escola Normal, deu-se devido à necessidade política, social e econômica, impondo sua ampliação em nível quantitativo. A Escola

Normal preparava o professor para atuar no ensino primário seletivo e elitista da época, mostrando sua contradição: de um lado estava fundada em princípios populistas e de outro lado retrocedia para a educação classista, preocupada em formar lideranças. A escola que se expandiu foi profissionalizante, destinada às camadas populares; desta forma, “a burguesia cursava o ensino secundário, e as mulheres da burguesia, a Escola Normal” (PIMENTA, 1990). As mulheres da burguesia tinham apenas o interesse de se prepararem para seu destino social de serem mães e esposas. O currículo da Escola Normal estava voltado para esta finalidade. Apenas as mulheres que não se casavam assumiam a profissão, uma vez que para ser professor era preciso ter vocação e vontade de trabalhar com crianças. O magistério era “uma profissão na qual o salário pouco ou nada contava, uma vez que ser professora era quase que uma extensão do lar.” (PIMENTA, 1990). Tendo por base os pressupostos da educação liberal tradicional, segundo esta autora, a professora tinha seu padrão de aluno ideal, que era também criado pela classe média alta.

O caráter elitista da Escola Normal e dos Institutos Educacionais pode ser atestado já em 1963 quando Luiz Pereira afirmava que “quase metade dos atuais professores primários brasileiros não se diplomou pelas escolas normais”. Isto revela, de um lado, que o interesse da normalista não estava associado ao desempenho da profissão e, de outro, o fato de que a expansão quantitativa das Escolas Normais não correspondia à regulamentação profissional da professora, favorecendo o preenchimento político-eleitoreiro dos cargos. (PIMENTA, 1990, p. 5).

A partir dos anos 60, o trabalho de professora até então visto como “concessão à emancipação feminina”, passou a sofrer alterações. Já não foi mais visto como “luxo” trabalhar fora, pelo contrário, a profissão docente permite uma conciliação entre o trabalho fora e o serviço doméstico; “se antes ela podia, por isto trabalhar um período, agora ela pode (e precisa) trabalhar os dois; se antes seu salário era complementar, agora assumiu o caráter principal na família” (PIMENTA, 1990, p. 7).

A desvalorização do trabalho de professora, para Pimenta (1990), tem origens econômicas e sociais, quando ocorreram à acomodação e a passividade das profissionais frente à “degradação simultânea de sua renda, de seu prestígio social e

de sua responsabilidade de ensinar de modo que os alunos aprendam”. A formação do docente degradou-se juntamente com a deterioração do ensino. Para o capitalismo, interessa apenas manter a escola no limite da existência. O povo pede educação, mas a escola recebida é aquela que atende aos interesses do capital, aquela que adentra para que os alunos sejam trabalhadores produtivos.

A ineficiência deste padrão de educação foi refletida em enormes índices de repetência e evasão escolar, uma vez que a escola não cumpria o mínimo necessário para mudar esta situação. Assim, a sociedade começou a pedir a reforma do ensino de 1º e 2º grau, incluindo o ensino normal. (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Há aproximadamente 25 anos, iniciava-se, em todo Brasil, um debate sobre a formação do docente que atuava nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo com princípio das discussões a crítica da legislação vigente na época (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999). Sobre este aspecto eles afirmam:

[...] a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB nº 9.394/96 tem provocado mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação. A nosso ver, não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc. Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo formativo. Na verdade, reivindicamos o ordenamento legal e funcional de todo o conteúdo do título VI da nova LDB. (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Percebe-se que o curso de Pedagogia durante muito tempo não teve um currículo comum. De acordo com o parecer nº 251/62, ficou estabelecido que o curso de Pedagogia tinha a função de formar professores para atuarem nos cursos normais e “profissionais destinados às funções não-docentes do setor educacional”. Com isto, surgiram várias especializações. Assim, conforme Libâneo e Pimenta (1999, p. 244) “existia um currículo mínimo que compreendia uma parte comum a todas as habilitações e outra diversificada”, consolidando-se, assim, a idéia de técnicos em educação, definindo a atuação do pedagogo não-docente.

No contexto da ditadura militar, o currículo do curso de Pedagogia foi alvo de críticas; era visto como “tecnicista”, pois produzia a divisão técnica do trabalho escolar, havendo separação do pedagogo especialista e o pedagogo docente. Para Libâneo e Pimenta (1999, p. 245), parecem problemáticos os seguintes temas:

a) o caráter “tecnicista” do curso e conseqüente esvaziamento teórico da formação, excluindo o caráter da pedagogia como investigação do fenômeno educativo; b) agigantamento da estrutura curricular que leva ao mesmo tempo a um currículo fragmentado e aligeirado; c) fragmentação excessiva das tarefas do âmbito das escolas; c) separação no currículo entre os dois blocos, a formação pedagógica de base e os estudos correspondentes às habilitações.

Tendo por base a crítica feita à fragmentação e à divisão do trabalho escolar, por volta dos anos 1983-84, algumas faculdades passaram a oferecer apenas duas habilitações: professor das séries iniciais do ensino fundamental e professor dos cursos de magistério. (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Esta análise mostra como o curso de Pedagogia chegou a esta descentralidade como estudo da ciência da educação, “entretanto não se pode dizer que a desvalorização social e acadêmica desse campo de conhecimento tenha sido resultado apenas da legislação tecnicista” (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999, p.246). A Pedagogia vai adquirindo conotação de “operacionalização metodológica do ensino com base no que se propõe a formação de professores, consolidando o privilégio das dimensões metodológica e organizacional em detrimento das dimensões filosófica, epistemológica e científica.”. Desta forma, estes autores mostram que fica clara a impossibilidade de dar ao curso de Pedagogia o caráter de aprofundamento da ciência da educação para formar o pesquisador e o especialista em educação.

Para a superação do atual quadro em que se encontra a educação, Pimenta (1990) apresenta algumas medidas para reverter o ensino precário da educação escolar nas quatro séries iniciais. Para ela, é preciso investir “a fundo” na modificação dos cursos de formação, de maneira a garantir que este professor tenha:

Uma aguda consciência da realidade na qual irá atuar; uma sólida fundamentação teórica, que lhe permita ter essa realidade e fundamentar os procedimentos técnicos; uma consciente instrumentalização, que lhe permita interferir e

transformar a realidade. Mas é preciso, de inúmeras formas, garantir que os profissionais bem formados ingressem e permaneçam no magistério. Para isso é preciso uma luta política por melhores condições para o exercício do magistério como profissão. (PIMENTA, 1990).

É necessário formar e manter os profissionais da educação no exercício do magistério, evitando que migrem para outras áreas mais atrativas que o trabalho de sala de aula, garantido-lhes condições para a realização do trabalho docente.

2.2 O PCN e Propostas para a Valorização do Docente

O Parâmetro Curricular Nacional, na introdução de seu primeiro volume (2001, p. 14), sobre a qualidade e valorização do docente, afirma que:

A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos.

O documento cita vários fatores que atuam e interferem diretamente na valorização do docente, mas, hoje, pouco desta proposta foi concretizado. O mesmo documento fala da formação do professor, que não deve ser entendida como um processo de acumulação de conhecimentos, mas sim como um processo reflexivo e crítico de sua prática, qual seja, “investir no desenvolvimento profissional dos educadores é também intervir em suas reais condições de trabalho” (BRASIL.MEC, 2001, p. 31). Após sete anos desta proposta ter sido apresentada, observa-se que se está ainda muito distante do ideal proposto pelo Governo Federal.

No contexto da sociedade democrática, a educação deve promover em seus alunos o senso crítico e reflexivo, se opondo às práticas de autoritarismo que marcam alguns países. A educação tem que ser uma prática de oposição à manipulação da população. Para tanto, o professor, o grande mediador da aprendizagem formal, precisa estar constantemente atualizado e inserido no

processo de construção do conhecimento, evitando assim o processo de alienação e afastamento de sua prática.

2.3 Caracterização do Processo de Desvalorização da Educação

Conforme Libâneo (2004, p. 76), afirma que a profissão professor vem sendo muito desvalorizada tanto social como economicamente, interferindo na imagem da profissão, isto se deve em parte “às condições precárias de profissionalização – salários, recursos materiais e didáticos, formação profissional, carreira – cujo provimento é, em boa parte, responsabilidade dos governos.”. Ao mesmo tempo em que se fala em na valorização da educação, os governos se mostram incapazes de garantir melhoria salarial dos docentes, “levando a uma degradação social e econômica da profissão a um rebaixamento evidente da qualificação profissional dos professores em todo país” (LIBÂNEO, p. 77). De maneira geral se fala muito em valorização da educação e da carreira docente, para desta forma educar para a competitividade, para a cidadania, para o consumo, mas muito pouco é feito para melhorar a qualidade da formação docente.

Para Libâneo (2004, p. 77), as condições de trabalho e a desvalorização da profissão do professor, de fato, prejudicam a construção da identidade dos futuros professores, e isto acontece porque a identidade com a profissão diz respeito ao significado pessoal e social que a profissão tem para a pessoa. Desta forma quando o docente perde o significado de seu trabalho, perde também a identidade com a profissão, gerando o mal-estar, a frustração, a baixa auto-estima. Mas em contrapartida, a ressignificação de sua identidade, que passa pela luta por melhores salários e pela elevação da qualidade da formação, pode ser a garantia da recuperação do significado social da profissão.

Apesar de todos os problemas o professor ainda continua sendo o principal responsável pela aprendizagem, portanto o resultado da aprendizagem depende da sua qualificação e competências profissionais. Conforme Libâneo (2004, p. 78):

A formação continuada é uma maneira diferente de ver a capacitação profissional de professores. Ela visa ao desenvolvimento pessoal e profissional mediante práticas de envolvimento dos professores na organização da escola, na organização e articulação do currículo, nas atividades de assistência pedagógico-didática junto com a coordenação pedagógica, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe e etc. O professor deixa de estar cumprindo a rotina e executando tarefas, sem tempo de refletir e avaliar o que faz.

Conforme Libâneo, o professor deve estar preparado teoricamente sobre os assuntos pedagógicos e nos conteúdos para poder realizar a reflexão sobre sua prática fazendo para si perguntas como: atuo como intelectual crítico na contextualização sociocultural de minhas aulas e na transformação social mais ampla; torno-me investigador analisando minhas práticas docentes, revendo as rotinas, inventando novas soluções; desenvolvo habilidades de participação grupal e de tomada de decisões seja na elaboração do projeto pedagógico e da proposta curricular seja nas várias atividades da escola como execução de ações, análise de problemas, discussão de pontos de vista, avaliação de situações e etc. O docente que faz com que sua prática se torne objeto de reflexão, amplia a consciência de sua própria prática, reformulando sempre que necessário a sua prática para desta forma garantir melhor aprendizagem dos educandos.

2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Segundo o site do Ministério da Educação (BRASIL.MEC, 2007), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional n.º 3, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória 339, de 29 de dezembro do mesmo ano. Sua implantação foi iniciada em 1º de janeiro de 2007 e irá ocorrer de forma gradual até 2009, quando “o Fundo contará todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição.” (BRASIL.MEC, 2007).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios se encontram vinculados à Educação, “com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos da educação passaram a ser sub-vinculados ao Ensino Fundamental (60% de 25% = 15% dos impostos e transferências), sendo que parte dessa sub-vinculação de 15% passava pelo Fundef”, cuja partilha dos recursos, entre o Governo Estadual e seus municípios, tinha como base o número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino. (BRASIL.MEC, 2007). Esse documento ainda acrescenta.

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a sub-vinculação das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios passaram para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a Educação Básica, por meio do Fundeb, que promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211 da Constituição Federal).

Segundo o site do MEC (BRASIL.MEC, 2007), os Municípios receberão os recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base nos alunos do ensino fundamental e médio. Da mesma maneira, a aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, será direcionada levando em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica. O programa prevê uma “complementação da União assim definida: R\$ 2,0 bilhões em 2007; R\$ 3,0 bilhões em 2008; R\$ 4,5 bilhões em 2009; e 10% do valor total do Fundo a partir de 2010”. (BRASIL.MEC, 2007).

Espera-se, com estas medidas, não apenas a melhoria da Educação de um modo geral, mas também que haja, com o estabelecimento do piso salarial, a valorização do professor, apesar de não ser este o piso solicitado pelas entidades representativas dos professores.

2.5 Perspectivas de Mudança

Segundo o site do Ministério da Educação (BRASIL.MEC, 2007), todos os profissionais da educação estão em constante interação com as crianças, participando ativamente de sua educação e, por isso, devem estar preparados para realizar suas tarefas. Pela primeira vez, os funcionários de escolas recebem uma atenção especial do MEC, que está investindo na sua formação.

Com o objetivo de valorizar a educação e a profissão docente, o MEC está desenvolvendo programas para formação continuada dos docentes das redes públicas de educação e, também, o Proinfantil que é dirigido a professores que atuam na educação infantil sem a formação mínima exigida por lei. Estes programas são: Pró-Letramento, Pró-Licenciatura, Proinfantil, Programa Ética e Cidadania. (BRASIL.MEC, 2007).

Esta ação, segundo o site do MEC (2007), vem para contribuir com a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, da aprendizagem dos alunos. Este programa de capacitação profissional dos docentes irá beneficiar diretamente as crianças que, tendo professores qualificados, aprenderão mais e melhor. Com isto, as escolas públicas do país irão ter melhores índices de aprovação nas provas aplicadas pelo MEC.

Tais medidas, aprovadas para a vigência após 2007 são criticadas por vários setores da sociedade por não serem suficientes para atender às solicitações que a educação exige.

Ao encontro das políticas públicas que tem por objetivo valorizar a carreira docente, encontra-se a Lei 5.105, de 03 de maio de 2013, conhecida também como Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal. Entre os benefícios conquistados pelos professores, encontra-se a reestruturação da carreira e o ajuste salarial. No texto da Lei acima citada, não consta explicitamente melhoria nas condições de trabalho, contudo o novo Plano estimula os profissionais a buscarem

constante qualificação profissional com o objetivo de progredir na carreira (progressão vertical e progressão horizontal).

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem Metodológica

De acordo com temática apresentada e os objetivos desta Monografia, foi desenvolvida uma pesquisa que segue as premissas da linha qualitativa que, conforme Bogdan e Biklen (apud LUDKE; ANDRÉ, 1982, p.13), “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contexto direto do pesquisador com a situação estudada, pois enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Este tipo de pesquisa proporcionou condições de viabilizar dados relativos à formação do professor. Este procedimento permitiu ao pesquisador servir como veículo ativo nas evidências que foram estabelecidas a partir do problema de pesquisa.

3.2 Cenário e Participantes

Esta pesquisa teve como participantes quatro profissionais da educação básica - séries iniciais do Ensino Fundamental, que atuam na rede pública de ensino da região administrativa do Plano Piloto - Distrito Federal.

3.3 Especificação das Fases da Pesquisa

As atividades desta pesquisa foram realizadas entre os meses de novembro de 2013 a junho de 2014. A pesquisa foi desenvolvida seguindo às seguintes etapas:

- No mês de novembro de 2013 foi definido o tema;

- A elaboração do projeto foi realizado no período de novembro de 2013 a janeiro de 2014;
- A construção dos instrumentos de pesquisa, entre fevereiro e março de 2014;
- A fundamentação teórica: de março a maio de 2014;
- A aplicação do instrumento em março e abril do corrente ano.
- A organização, análise e discussão dos dados em maio de 2014.
- A elaboração do relatório e a apresentação oral ocorreram no final de julho de 2014.

3.4 Instrumento Utilizado

Como instrumento para coleta de dados trabalhou-se com a entrevista. No entender de Lüdke e André (1986, p.26) ela possibilita “um contato pessoal do pesquisador com o que será pesquisado chegando assim perto do que será pesquisado”.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada, cujo modelo se encontra no Apêndice A, tendo como uma das vantagens permitirem, no caso do ambiente escolar, a integração, a aproximação dos entrevistados com o entrevistador.

Outra vantagem da entrevista, segundo Lüdke e André (1986, p. 34), sobre outras técnicas, é que ela “permite a capacitação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Após a coleta de dados, os mesmos foram organizados para que houvesse uma sistematização. A análise das anotações descritivas e analíticas teve início após o processo de coleta de dados e fez-se a discussão dos dados com uma interpretação qualitativa dos mesmos.

4 CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Categorias Escolhidas

Para este trabalho foram escolhidas as seguintes categorias:

- A desvalorização da educação e da carreira docente;
- Início do processo de desvalorização da educação e da carreira docente;
- Motivos levantados sobre a desvalorização da educação e da carreira docente; Possibilidades de mudança;
- Caracterização deste processo nos dias atuais;
- Instituições formadoras de professores e suas contribuições para a valorização do docente;
- Papel do Estado e da sociedade frente à desvalorização da educação e do professor;
- Plano de Carreira do Magistério Público e valorização da Carreira Docente.

4.2 Organização, análise e discussão dos dados.

Foram coletados dados com professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal, que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental. As docentes encontravam-se na faixa etária entre 23 e 50 anos. Em média possuíam aproximadamente 16 anos de atuação em sala de aula e todos concluíram a graduação em Pedagogia e possuem pelo menos um curso de especialização *latto sensu*.

- A desvalorização da educação e da carreira docente

Professor 1: “É lógico, principalmente pelos governantes e por parte da classe docente.”; “A desvalorização do educador começa em cada lar e se expande pela sociedade de maneira avassaladora.”

Professor 2: “Com certeza”; “Nada mais”.

Professor 3: “Sim.”; “É preciso que todos pensem sobre este assunto, para que no futuro tenhamos profissionais motivados, comprometidos que amem a carreira e tenham retorno de seu trabalho.”

Professor 4: “Sim. Pois vê-se que a educação não é percebida como deveria. Professores são mal remunerados, temos escolas sem o mínimo de infra-estrutura e a sociedade “joga” a culpa na escola por não formar verdadeiros cidadãos, pois como vemos hoje a violência é cada vez maior ao nosso redor. Isto é em parte consequência da falha na educação”; “Acho que com as repostas anteriores não há mais ressalvas a fazer sobre este assunto”.

Todos os professores concordaram que existe a desvalorização da educação e da profissão docente. Esta é uma questão que envolve vários atores da sociedade, dentre eles os pais, os próprios docentes e o Estado. Um dos entrevistados vê o problema como um ciclo vicioso: o Estado investe pouco, tornando o ensino falho e, como consequência, a população cobra resultados da escola. Os docentes consideraram esta discussão importante, pois, segundo eles, é preciso refletir sobre estas questões para perceber com mais precisão o problema. Estas opiniões se complementam com as de Benicá (2005, p. 9) quando esta afirma que “tal exclusão refere-se à ação dos agentes externos que atuam sobre os trabalhadores da escola tentando condicioná-los para uma formação reduzida das novas gerações, reproduzindo a subalternidade no interior da escola e, conseqüentemente, a manutenção da sociedade vigente”.

- Início do processo de desvalorização da educação e da carreira docente

Professor 1: “Começou quando outros assuntos e interesses como a industrialização, comercialização e outros, tomaram o lugar da educação.”

Professor 2: “O tempo certo não sei. Mas creio que deve ter sido no momento que começaram a vislumbrar a educação no primeiro mundo e trazendo para o terceiro mundo, mas não observando as reais necessidades da educação no Brasil.”

Professor 3: “Desde a década de 90. Até mesmo na ditadura militar.”

Professor 4: “Penso que este processo iniciou-se durante o Brasil Imperial e Colônia.”

Todos concordaram que a educação vem sofrendo uma desvalorização histórica. Sabem que o problema não surgiu agora. São unânimes ao afirmar que a desvalorização surgiu quando a educação pública perdeu espaço nas discussões do governo. Tais afirmações vão ao encontro com o que Pimenta (1990) afirma, de que, a partir dos anos 60, a profissão docente deixou de ser luxo para as mulheres, e elas passaram a trabalhar para auxiliar na renda da família. A formação docente degradou-se juntamente com a deterioração do ensino, pois para o capitalismo basta deixar a escola no limite da sobrevivência.

- Motivos levantados sobre a desvalorização da educação e da carreira docente

Professor 1: “A educação não é vista como essencial; falta estruturação do ensino, compromisso social ética da sociedade e principalmente da família.”

Professor 2: “Os motivos ficam bem claros, as necessidades e a forma de educar de um aluno no interior e na capital são bem diferentes e, no entanto, não observam o que realmente é necessário na educação de cada região brasileira”. Outro motivo seria a desvalorização do corpo docente, não só a questão financeira, mas a questão da saúde, principalmente, que sem ela não tem como fazer um trabalho de excelência. As salas de aula superlotadas; assim a educação realmente só tende a desvalorizar e junto com ela o educador.

Professor 3: “Desvio de recursos públicos, improbidade, falta de interesse público e pressão popular.”

Professor 4: “Por falta de profissionais seriamente qualificados os nossos jovens iam para o exterior estudar. Desde aí, acredito que a nossa categoria foi sendo enfraquecida no Brasil, já que temos a cultura de que o melhor vem sempre de fora.”

Todos concordaram que a educação não é vista como prioridade. Relataram que há falta de interesse público e popular. Todos aparentemente parecem estar

acomodados com a situação. O professor 2 destacou que a desvalorização não é só uma questão financeira, mas que a saúde de muitos profissionais vem sendo prejudicada, pois, tendo salas de aula superlotadas, o professor tem um desgaste físico muito maior. Assim, segundo o professor fica difícil realizar um trabalho educativo de excelência. O professor 4 alegou que, para o povo, culturalmente o que vem de fora do país é melhor. Esta afirmação é condizente com o que afirma Pimenta (1990), de que “um último fator a considerar nesse período foi a II Guerra Mundial. Até então, o Brasil importava tudo, inclusive professores. A guerra obrigou o país a ‘formar’ seus profissionais”.

- Possibilidades de mudança

Professor 1: “Discutir, repensar e filosofar, porém começar a agir, fazer e acontecer”; “Alguém apaixonado pela educação, que seja também um empreendedor, que possui visão ampla e destemida, que não desista nunca.”

Professor 2: “Primeiro, ver qual é a real situação da educação que, para mim, não é só o salário e sim as condições para trabalhar em sala de aula, como se educa ou alfabetiza com 40 crianças em uma sala que cabe 25. O segundo aspecto seria o governo parar de olhar para seu “umbigo” e ver a real situação da educação e a prioridade de solução do problema que tem desvalorizado a educação”; “Em primeiro lugar amor, gostar do que faz assim ele tem compromisso, luta e se dedica para uma educação melhor; na realidade estes são a minoria.”

Professor 3: “Investimento, cursos e educação dos pais e alunos”; “Pessoas bem remuneradas, preparadas, com menos alunos em sala.”

Professor 4: “A educação deveria ser colocada em primeiro lugar. Com a capacitação dos profissionais da educação e salários dignos da responsabilidade de que nos é dada e, ainda, um ambiente de trabalho agradável a todos, tanto para professores como para os alunos, para que assim mudássemos um pouco desse quadro lastimante que estamos presenciando”; “Um profissional consciente da real situação que a educação está e que não espera nada do governo. Terá que fazer sua parte preocupando-se apenas com a aprendizagem de seus alunos,

acreditando, apesar de tudo, que a educação em nosso país poderá melhorar algum dia.”

Os professores vislumbraram alguns aspectos que poderiam ser modificados, melhorando, assim, a prática em sala de aula. O professor 2 afirmou que a maior dificuldade na educação não está somente na questão financeira, mas sim na organização da escola. Para ele, é preciso que se levantem alguns aspectos que estejam desvalorizando a educação e apresentar estes entraves para o governo. Os professores 2 e 3 tiveram a mesma opinião quanto ao que tange ao número de alunos em sala de aula. Segundo o professor 2, é difícil realizar um trabalho com 40 crianças em sala, quando na verdade deveria ter apenas 25, que é o limite que a sala comporta. Os professores 3 e 4 concordaram que é preciso que haja sempre a formação continuada do docente, tendo profissionais preparados para estarem em sala. Entretanto, o que acontece na realidade é o contrário disso, conforme afirma Benicá (2005, p.9) que “entre as diversas profissões, encontram-se os trabalhadores da educação, em condições limitadas de trabalho e de atualização formativa, num processo de desqualificação frente aos desafios da sociedade”. O professor 4 mostrou também que deve existir um espaço de trabalho agradável para toda a comunidade escolar. O professor 1 acredita que um trabalho reflexivo é importante, mas falou que é preciso agir.

- Caracterização deste processo nos dias atuais

Professor 1: “Lento, sem fundamentos e sem ações.”

Professor 2: “Tem se caracterizado pela falta de compromisso por parte de alguns profissionais da área, que de certa forma só contribuem para o processo de desvalorização continuar assim.”

Professor 3: “Tem se caracterizado pela baixa auto-estima dos docentes e da baixa qualidade da educação.”

Professor 4: “Professores e demais profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estão insatisfeitos com as condições de trabalho que lhes são

impostas. Escolas estão sucateadas, salas cheias de alunos e o número de reprovações cada vez maior devido ao caos que a educação se encontra.”

A caracterização da desvalorização da educação e da profissão docente, nos dias de hoje, foi percebida de diferentes formas. O professor 1 mostrou que este processo está acontecendo sem que haja ações para superação e mudanças. O professor 2, afirmou que os próprios docentes estão contribuindo para a desvalorização da carreira docente. O professor 3 percebeu que parte deste processo tem como causa a baixa auto-estima dos docentes frente à baixa qualidade da educação. O professor 4 retratou a total insatisfação dos profissionais que trabalham nas escolas, pois todos estão descontentes com as condições de trabalho que lhes são impostas. As escolas estão “sucateadas”, com salas de aula cheias e, como consequência do trabalho falho, existem altos índices de reprovação. Esta realidade se apresenta como oposto ao que o documento do MEC (2001, p.14) propõe que “a busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos.”.

- Instituições formadoras de professores e suas contribuições para a valorização do docente

Professor 1: “Estas instituições na teoria são excelentes, porém, na prática deixam a desejar.”

Professor 2: “Sinceramente não sei; o que penso é o aprendizado; quanto mais se sabe, mais adquirimos determinados conhecimentos relacionados à nossa profissão.”

Professor 3: “Nas novas formas de aprendizagem, por meio da interação. Todos podem ensinar e aprender juntos em interação.”

Professor 4: “Hoje as instituições formadoras de docentes procuram expor a realidade aos seus alunos, sem deixar que os mesmos sonhem como uma escola ideal, com alunos e pais perfeitos. Pelo contrário, procuram dar ênfase na

preparação psicológica destes futuros profissionais para que, quando se depararem com a realidade, saibam como lidar com a mesma.”

Os professores, quanto a este aspecto, têm opiniões diferentes. O professor 1 não acredita que o ensino superior esteja contribuindo para a valorização da educação e da profissão docente, alegando que “na teoria são excelentes, porém na prática deixam a desejar”. Já o professor 4 afirmou que o ensino superior está trabalhando para mostrar a verdadeira realidade das escolas públicas, sem deixar que os alunos sonhem como uma escola ideal. Tal situação vem ao encontro com o que Pimenta (1990) sugere para a melhoria do ensino, que “é preciso que se tenha uma aguda consciência da realidade na qual irá atuar; uma sólida fundamentação teórica, que lhe permita ter essa realidade e fundamentar os procedimentos técnicos; uma consciente instrumentalização, que lhe permita interferir e transformar a realidade.” Já o professor 2 não sabe ao certo quais as contribuições que os cursos de Pedagogia podem trazer para a valorização do professor e da educação.

- Papel do Estado e da sociedade frente à desvalorização da educação e do professor

Professor 1: “Promover uma educação empreendedora, onde cada profissional ‘sinta dono do seu negócio’, ou seja, sinta-se responsável pelo seu sucesso e tenha necessidade de ver resultados.”

Professor 2: “A falta de preocupação com a educação; devem ter um interesse mais verdadeiro.”

Professor 3: “Parar para repensar e tomar decisões frente ao grande problema que enfrentamos: a sociedade deve cobrar do Estado medidas que reverta este quadro.”

Professor 4: “O governo por sua vez, para que a educação não chegue ao ‘fundo do poço’ deve estar ao lado do professor, ouvindo sua opinião e sugestões para que o quadro da educação atual se inverta a sociedade. A sociedade, por outro lado, deve entender que o professor merece respeito e possui direitos que hoje estão sendo violados devido à falta de consciência da sociedade.”

Todos acreditam que o Estado é um grande responsável pela desvalorização da educação e do professor. A sociedade tem a função de reivindicar medidas que favoreçam a educação. Mas na prática não é o que ocorre. Pôde-se inferir que o professor 1 sugere que os professores tenham mais compromisso e autonomia, para, assim, envolverem-se mais com a educação, buscando melhores resultados. O professor 2 propôs que houvesse um maior envolvimento de todos, com o compromisso de educar. O professor 3 sugeriu que a sociedade, a maior prejudicada, cobre medidas do governo para a melhoria da educação. O professor 4 percebeu que é necessário que o Estado e os professores trabalhem juntos, ouvindo as sugestões dos docentes, para evitar que a educação chegue ao “fundo do poço”. A sociedade também tem a sua função que é a de respeitar os direitos dos professores. Todos os docentes acreditam que a educação passa por mudanças, entre elas a política. Conforme Pimenta (1990), para a melhoria do atual quadro da educação “é preciso, de inúmeras formas, garantir que os profissionais bem formados ingressem e permaneçam no magistério”. Para isso é preciso uma luta política por melhores condições para o exercício do magistério como profissão.

- Plano de Carreira do Magistério Público e valorização da Carreira Docente

Professor 1: “ achei muito tímidas as medidas tomadas pelo Plano de Carreira. Ainda falta muito para chegarmos a atingir o respeito e a valorização que merecemos.”

Professor 2: “ a nova Lei contribui para um pequeno aumento salarial, porém somente isso não levará a categoria dos professores a ter o merecido reconhecimento como há em outras profissões tais como: médicos, advogados, juízes.”

Professor 3: “ o Plano de Carreira possibilitou o início de uma negociação salarial, agora devemos buscar a paridade salarial de outras categorias de nível superior.”

Professor 4: “ Acredito que o Plano de Carreira contribui sim para a valorização do professor. Infelizmente parte do processo de valorização começa pela remuneração. Tendo melhores salários podemos lutar para uma formação

inicial de qualidade, por melhores condições de trabalho e por melhor qualidade de vida no trabalho, pois muitos professores estão afastados de seus postos de trabalho em razão problemas relacionados ao ambiente de trabalho”.

Pode-se perceber que as entrevistadas acreditam que o Plano de Carreira do Magistério, contribuiu para a melhoria salarial dos professores. Constata-se também que a questão salarial não é a única responsável pela valorização docente. Pode-se inferir da fala do Professor 4 que a melhoria do ambiente de trabalho traria como consequência positiva a melhoria do desempenho do profissional. Desse modo a gestão da escola deverá trabalhar no sentido de dirigir e coordenar o andamento dos trabalhos, assegurando a participação de todos e principalmente deverá “articular as relações interpessoais na escola e entre a escola e a comunidade”, conforme Libaneo (2004, p. 216).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa contribuiu muito para a formação dessa pedagoga. Por intermédio dela, construíram-se conceitos importantes para uma prática pedagógica mais próxima da realidade social, vivida pelos professores das escolas públicas do Distrito Federal.

Notou-se que existe uma contradição entre o que a legislação educacional propõe e a realidade das escolas. Entende-se hoje que a valorização da educação depende de vários fatores que vão desde a criação de políticas públicas até à mobilização e sensibilização da sociedade, a maior interessada por uma educação de qualidade, a fim de solucionar este problema.

Como se percebeu ao longo do trabalho, a desvalorização da educação é histórica. Portanto, educadores devem buscar no dia-a-dia, na sala de aula, superar limitações e dificuldades para assim tentar melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos. No contexto da democracia, a escola tem que preparar seus alunos para serem cidadãos críticos e participativos na sociedade. Mas isto só será possível se houver profissionais bem preparados para atuarem em sala de aula.

O professor que não está atualizado e que não reflete sobre sua ação, muitas vezes termina reproduzindo a ordem do sistema vigente, passando para seus alunos estereótipos, reduzindo a educação à repetição.

Acredita-se que a busca da valorização da educação e, conseqüentemente, da profissão docente, depende inicialmente dos profissionais que nela atuam, pois estes devem cobrar dos governantes a concretização das leis que criaram. É muito decepcionante ver que o documento do PCN - que já tem mais de dez anos de sua publicação – em pouco modificou a realidade escolar. Ainda hoje, os profissionais da educação aguardam pelo que afirmam os PCN (2001, p. 31), que “investir no desenvolvimento profissional dos educadores é também intervir em suas reais condições de trabalho”. O que se tem na realidade são condições mínimas de trabalho, pois como foram verificadas por meio das entrevistas, as salas de aulas são superlotadas, a estrutura dos prédios são ruins, há carência de recursos materiais para o desenvolvimento do trabalho do professor, e baixa motivação dos docentes.

Contudo, percebo que esse quadro aos poucos está sendo modificado. Iniciativas de formação e capacitação como esta contribuem para a instrumentalização dos professores e gestores. A profissionalização dos profissionais da educação representa um avanço para a educação pública de nosso país. Percebeu-se também que houve por meio do Pano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal Lei 5.105, de 03 de maio de 2013, uma tímida valorização salarial dos docentes, o que representa um primeiro passo na busca do reconhecimento profissional.

Esta acadêmica pretende continuar desenvolvendo pesquisas sobre este tema, pois se percebeu a necessidade de restaurar a imagem do professor na sociedade e pretende-se prestar uma contribuição neste sentido. Uma sociedade que valoriza a educação tem grandes chances de solucionar muito dos seus problemas sociais.

Sendo assim, conclui-se retomando a epígrafe deste trabalho, que traz uma mensagem para ser refletida: “se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância” Derek Bok.

REFERÊNCIAS

BENICÁ, Elli. **Grandes e pequenas exclusões**: exclusão camuflada, excluídos do interior. Revista da Educação. n. 37. 2005.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3.ed. Brasília; MEC. 2001.

BRASIL.MEC.**FUNDEB**.Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=799&Itemid=839>>.
Acesso em: 10 de jun. 2014.

CARNOY, Martin. 10 de agosto de 2009. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Letícia Moreira. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1008200914.htm>>. Acesso em: 29 de mai. 2014

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. 5. ed. Goiânia:Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação**: Visão crítica e perspectiva de mudança. Educação e Sociedade, ano XX, São Paulo, n. 68, 1999.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária. 2001

LÜDKE, Menga, BOING, Luiz. **Caminhos da Profissão Docente e da Profissionalidade Docentes**. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314213005>>. Acesso em 10 abr. 2014.

OEDC. PISA 2009 Results: Executive Summary. Disponível em:
<http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/pisa_ingles.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2014.

Pano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal Lei 5.105, de 03 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2013/07/cartilha-pl-2013_final_27-06.pdf> Acesso em: 18 de jun. 2014

PIMENTA, Selma Garrido. **Funções Sócio Históricas da Formação de Professores da 1^a à 4^a série do 1º Grau.** Rio de Janeiro: se, 1990.

APENDICE A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES – CEAN

ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

DISCENTE: AICTYR LOMONTE TAMANAHA

DATA: ____/____/____

Dados de identificação:

Sexo:

Faixa etária: 20 – 30 ()

31 – 40 ()

41 – 50 ()

51 em diante ()

Formação:

Tempo de magistério:

Roteiro de Entrevista

1- Você acredita que haja hoje uma desvalorização da educação e da carreira docente?

2- Você tem idéia de quando pode ter começado este processo?

3- E por quais motivos?

4- O que poderia ser feito para alterar esse quadro?

5- Em sua opinião como este processo tem se caracterizado nos dias atuais?

6- Qual seria em sua opinião o perfil do profissional de educação que poderá alterar o quadro atual da educação?

7- O que as instituições formadoras dos docentes contribuíram no processo de valorização do professor?

8- Qual o papel do Estado e da sociedade frente à desvalorização da educação e do professor?

9- Quais outras considerações você faria sobre o problema da desvalorização do professor?

10- Você acredita que o Plano de Carreira Lei 5.105, de 03 de maio de 2013, contribuiu para a valorização da Carreira Docente do Magistério Público do Distrito Federal?